

Assistência médico-previdenciária em debate

Com o objetivo de socializar o meio, a livre escolha, acabar com as filas e prestar um atendimento médico mais rápido e eficiente, começou ontem, às 20 horas, o II Simpósio de Assistência Médico-Previdenciária (II SINAMP), na Sala da Comissão de Saúde do Senado Federal.

Segundo o presidente da Confederação das Cooperativas Médicas, Edmundo Castilho, "o que se pretende é através de um sistema integrado criar condições de celebrar convênios de âmbito nacional entre a pessoa física, a empresa estatal e privada e as Cooperativas Médicas, representadas pelo Sistema da União Nacional dos Médicos (Unimed)".

Tendo cerca de 2.000 participantes, o Simpósio prosseguirá até o dia 18 de setembro, tendo como presidente o senador Jaison Barreto, presidente de honra, Jarbas Passarinho, e como coordenador geral, o senador Henrique Santillo.

Segundo Edmundo Castilho, a tese da Cooperativa dos Médicos

será de que "a assistência médica e farmacêutica devem ser desvinculadas dos benefícios sociais, regulada através de lei, na qual seja concedido aos assegurados e seus dependentes prioridades, independentes de disponibilidades".

"Assim", acrescenta Edmundo Castilho, "a simples elevação dos percentuais de contribuição previdenciária, além de não ser suportável pela população brasileira, seria meramente paliativa, uma vez que, o problema assistencial (serviços) requer medidas mais profundas, além de simples aumento desordenado da arrecadação".

Os membros da Unimed acreditam ainda que os recursos não devem ir para as alíquotas, mas integrar verbas que existem nas esferas estadual e municipal, a fim de gerar novos recursos. Assim, de acordo com a sugestão apresentada pela Unimed, o importante é atender ao público, tendo como base os consultórios, transferindo para a Previdência, com a

utilização dos atuais serviços do INAMPS, para a base emergencial e auxiliar, dispensando-se assim, a medicina assistencial.

O Programa integrado de saúde, como se pretende, "com a definição político-assistencial, optando pela descentralização promoverá e administrará os recursos, fazendo com que as verbas da União, dos Estados e dos Municípios sejam agregadas em um único fundo. Portanto, a entrada de recursos deverá ser feita através de operações financeiras e remessa de lucros do exterior, ao fundo de assistência médica, repassadas posteriormente ao sistema de cooperativa e federações de medicina e depois às cooperativas locais para o atendimento em consultórios".

Com relação ao custo do usuário, ou seja, o pré-pagamento, diz Castilho que deve corresponder à remuneração global dos médicos e instituições prestadoras de serviços, afastando-se os sistemas que se imponham pela finalidade lucrativa.



Edmundo Castilho